

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 122102021

O **MUNICÍPIO DE MONTENEGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, n.º 1363, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 90.895.905/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GUSTAVO ZANATTA, aqui denominado CONTRATANTE e, **AGIL EIRELI**, sito à na Rua Uruguai, n.º 122, Sala 03, Box 141, Bairro Centro, Itajaí/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 26.427.482/0001-54, neste ato representado pelo Sr. CAMILA ARACELI PAIANO, aqui denominado CONTRATADO, tem entre si acordado na melhor forma de direito, o presente contrato, mediante as seguintes condições:

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de recepção na Unidade de Atendimento Básico 24 horas da SMS, conforme Termo de Referência – ANEXO I do edital de PE 106/2021e conforme segue:

LOTE	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	MÊS	Contratação de serviços de recepção a serem executados na Policlínica 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência – ANEXO I.	22.686,66	272.239,92

1ª) O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e alterações, em todos os seus termos, a qual será aplicado também onde o contrato for omissivo, ficando vinculado inclusive ao Pregão Eletrônico nº 106 /2021, Processo nº 3598/2021.

2ª) O Contratado se compromete expressamente, a realizar para o Contratante, o objeto do presente contrato, devendo providenciar também os equipamentos e materiais indispensáveis à execução do serviço.

3ª) O pagamento será efetuado ao contratado mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, após análise e autorização pelo fiscal do contrato, em até 30 (trinta) dias após entrega do serviço, por intermédio da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura

4ª) Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, o Contratado deverá apresentar, cópia da guia de recolhimento do INSS, FGTS, folha de pagamento do quadro dos funcionários que executarão o serviço, nos termos da Lei Municipal nº 3872/03, bem como o PPRA (Programa Prevenção Riscos Ambientais) - Portaria MTb/SSST nº 025 de 29/12/94) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) Portaria nº 8 de 08/05/1996.

5ª) Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará o contratado com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

6ª) A nota fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, número do Pregão Eletrônico, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7ª) O contratado se sujeita a aguardar a conferência da qualidade e quantidade do serviço que está sendo prestado. As notas fiscais só serão encaminhadas para a Diretoria de Despesa, após da apresentação completa dos trabalhos e aprovação do responsável pelo recebimento.

8ª) Na hipótese de devolução da documentação fiscal para correção ou substituição ou que tenha sido prestado serviço diverso do especificado no edital ou na nota de empenho, o prazo para pagamento fluirá a partir da regularização documental e ou substituição do serviço inadequado

9ª) O pagamento não isentará o Contratado das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

10) A quitação não será aceita sob reserva ou condição, correndo por conta do Contratado todas as eventuais despesas daí decorrentes

11) O Município de Montenegro não se transforma em devedor solidário ou subsidiário perante credores do contratado, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais do contratado, resultantes da execução do contrato.

12) Fica sob inteira responsabilidade do contratado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.

13) Responsabiliza-se ainda o Contratado, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais da mesma.

14) O contratado assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar ao Município e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

15) O contratado deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ela assumidas, e todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Edital de PE 106/2021.

16) A fiscalização da execução do contrato, ficará a cargo da servidora Sabrina Rosa de Oliveira Muller, como fiscalizador representante, que terá registro próprio das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17) O descumprimento de qualquer cláusula ora ajustada por parte do contratado ensejará a rescisão de pleno direito, garantida a prévia defesa, podendo ele sofrer as penalidades constantes no item 18 do edital de PE 106/2021.

18) Por descumprimento de qualquer cláusula ou disposição contida no edital, serão aplicadas as penalidades e sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

19) As despesas oriundas da presente contratação, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 06.02.10.301.0223.2605.3.3.90.39.00.00.00.00 – 306.

20) O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57 da Lei nº 8666/99.

21) A execução do serviço pelo contratado deverá ter início em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

22) O Contratado declara reconhecer os direitos do Contratante em efetivar a rescisão nas condições a que se refere o disposto nos artigos 78 a 87 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23) As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Montenegro/RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo.

Montenegro, 07 de outubro de 2021.

GUSTAVO ZANATTA,
Prefeito Municipal.

AGIL EIRELI,
Contratado.

Testemunhas:
